

CONSCIÊNCIA NEGRA E JUSTIÇA ELEITORAL

PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA JUSTIÇA ELEITORAL (BDJE)



CONSCIÊNCIA NEGRA E JUSTIÇA ELEITORAL

PUBLICAÇÕES DISPONÍVEIS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA JUSTIÇA ELEITORAL (BDJE)

DEMOCRACIA
E CONSCIÊNCIA
ANTIRRACISTA
na Justiça Eleitoral



Tribunal
Superior
Eleitoral

© **2024 Tribunal Superior Eleitoral**

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
Brasília/DF – 70070-600
Telefone: (61) 3030-9225

Secretária-Geral da Presidência

Andréa Maciel Pachá

Diretora-Geral da Secretaria do Tribunal

Roberta Maia Gresta

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento

Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações

Washington Luiz de Oliveira

Coordenação e pesquisa

Seção de Biblioteca Digital (SEBBD/Cblem/SGIC)

Capa e projeto gráfico

Wagner Castro

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Diagramação

Leila Gomes

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Revisão editorial

Helke Cunha e Rayane Martins Carvalho

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidente

Ministra Cármen Lúcia

Vice-Presidente

Ministro Nunes Marques

Ministros

Ministro André Mendonça

Ministra Isabel Gallotti

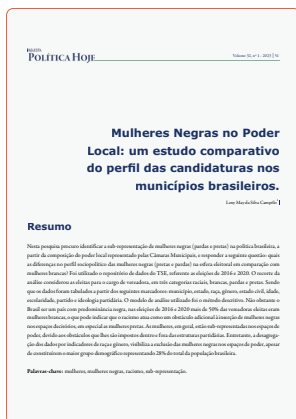
Ministro Antonio Carlos Ferreira

Ministro Floriano de Azevedo Marques

Ministro Ramos Tavares

Procurador-Geral Eleitoral

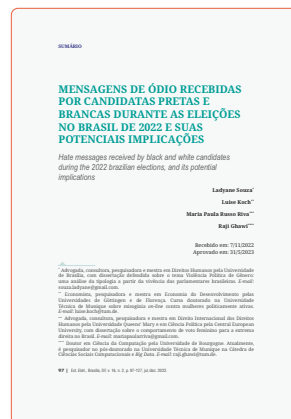
Paulo Gonet Branco



Mulheres negras no poder local: um estudo comparativo do perfil das candidaturas nos municípios brasileiros



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



Mensagens de ódio recebidas por candidatas pretas e brancas durante as eleições no Brasil de 2022 e suas potenciais implicações



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

LENY MAY DA SILVA CAMPÊLO | 2023

Sobre a publicação: “Procuo identificar a sub-representação de mulheres negras (pardas e pretas) na política brasileira, a partir da composição do poder local representado pelas Câmaras Municipais, e responder à seguinte questão: quais as diferenças no perfil sociopolítico das mulheres negras (pretas e pardas) na esfera eleitoral em comparação com mulheres brancas? Foi utilizado o repositório de dados do TSE referente às eleições de 2016 e 2020. O recorte da análise considerou as eleitas para o cargo de vereadora em três categorias raciais – brancas, pardas e pretas –, sendo que os dados foram tabulados a partir dos seguintes marcadores: município, estado, raça, gênero, estado civil, idade, escolaridade, partido e ideologia partidária. O modelo de análise utilizado foi o método descritivo. Não obstante o Brasil ser um país com predominância negra, nas eleições de 2016 e 2020 mais de 50% das vereadoras eleitas eram mulheres brancas, o que pode indicar que o racismo atua como um obstáculo adicional à inserção de mulheres negras nos espaços decisórios, em especial as mulheres pretas. As mulheres, em geral, estão sub-representadas nos espaços de poder devido aos obstáculos que lhes são impostos dentro e fora das estruturas partidárias. Entretanto, a desagregação dos dados por indicadores de raça e gênero visibiliza a exclusão das mulheres negras nos espaços de poder, apesar de constituírem o maior grupo demográfico representando 28% do total da população brasileira.”

LADYANE SOUZA; LUISE KOCH; MARIA PAULA RUSSO RIVA; RAJI GHAWI | 2023

Sobre a publicação: “O presente artigo parte da literatura existente sobre violência política de gênero para aprofundar as análises quanto às violências específicas experimentadas por mulheres na política pela internet sob a perspectiva racial. Este estudo analisa o conteúdo dos comentários de ódio endereçados a três candidatas negras e pardas (doravante chamadas de ‘pretas’) e a três candidatas brancas que disputavam o cargo de deputada federal por partidos de esquerda durante o período de campanha eleitoral de 2022 no Twitter. A comparação entre as violências parte de uma perspectiva interseccional, trazendo a relacionalidade entre gênero e raça para o centro deste artigo. Baseada na metodologia dedutiva de métodos mistos, primeiro foram extraídos *tweets* que ‘taguearam’ as seis candidatas com a subsequente mensuração do nível de toxicidade desses comentários via ferramenta API do Google. Em seguida, uma amostra dos comentários foi selecionada aleatoriamente para fins de, qualitativamente, verificar-se a robustez da categorização feita pela ferramenta de *machine learning*. Os resultados mostram que mulheres pretas recebem mais comentários de ódio tanto em quantidade quanto em qualidade (pois combinam misoginia e racismo), o que sugere que a violência política de gênero é uma barreira ainda mais robusta para que mulheres pretas sejam eleitas. Tais conclusões apontam a necessidade de medidas de enfrentamento à violência política de gênero que também abordem o racismo.”



A participação do negro na política: a experiência brasileira



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



Ao norte e à esquerda: trajetória das mulheres negras eleitas para a Câmara de Belém em 2020



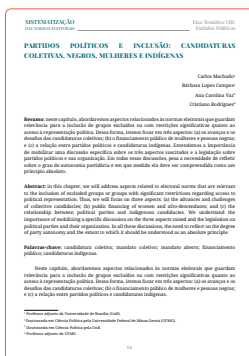
Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

IRAPUÃ SANTANA DO NASCIMENTO DA SILVA | 2022

Sobre a publicação: “Foi dado início ao período eleitoral, quando a sociedade deve receber todas as informações necessárias para a escolha de seus representantes municipais, ou seja, prefeito, vice-prefeito e vereadores. Todo esse processo marca a chamada ‘festa da democracia’, oportunidade em que o povo poderá eleger ‘livremente’ – com o voto obrigatório – quem irá lutar pelo seu bem-estar pelos próximos 4 anos juntamente aos Poderes da República. Entretanto, o que se verifica é que, para 56% da população, há acesso a tão somente uma parte da festa, que consta na obrigação de votar. Quando falamos no direito de ser votado, a situação muda completamente e o sistema não permite que a corrida eleitoral ocorra de maneira justa e equânime. Diante do quadro exposto, não restou alternativa à comunidade negra, senão exigir também esse espaço no âmbito judicial. Para tanto, houve a provocação do Tribunal Superior Eleitoral e, posteriormente, do Supremo Tribunal Federal, a fim de que pessoas negras possam concorrer, em pé de igualdade com as demais, para os cargos públicos eleitorais. Estas breves linhas demonstrarão como ocorreu esse processo de empoderamento político.”

RAYZA SARMENTO; MARIA DOLORES LIMA DA SILVA; ANANDA RIDART RIBEIRO DUARTE; TAMIRES LÚCIA PINHEIRO | 2022

Sobre a publicação: “Este artigo se volta à análise das experiências de mulheres negras eleitas para a Câmara Municipal de Belém no pleito de 2020 por partidos à esquerda do espectro político. Busca-se, a partir dos debates sobre gênero, raça e representação política, compreender as trajetórias das eleitas na maior capital do Norte do país. Metodologicamente, realizamos entrevistas com quatro mulheres (três eleitas e uma suplente), configurando tal conjunto como um estudo de caso, em função de ser o maior número de mulheres negras eleitas historicamente para a Casa Legislativa. As entrevistas em profundidade foram analisadas a partir de três grandes eixos: a trajetória prévia das legisladoras; a relação com os partidos e a campanha de 2020 atravessada pela pandemia de Covid-19. A análise demonstra a relação anterior das mulheres com o ativismo político, em especial o estudantil e a influência do feminismo negro na construção política delas, bem como as desigualdades internas e disputas com as legendas para candidaturas.”



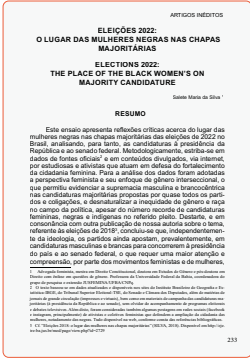
Partidos políticos e inclusão: candidaturas coletivas, negros, mulheres e indígenas



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

CARLOS MACHADO; BÁRBARA LOPES CAMPOS; ANA CAROLINA VAZ, CRISTIANO RODRIGUES | 2022

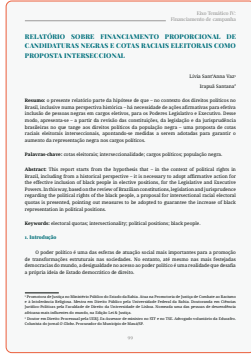
Sobre a publicação: “Abordaremos aspectos relacionados às normas eleitorais que guardam relevância para a inclusão de grupos excluídos ou com restrições significativas quanto ao acesso à representação política. Dessa forma, iremos focar em três aspectos: (a) os avanços e os desafios das candidaturas coletivas; (b) o financiamento público de mulheres e pessoas negras; e (c) a relação entre partidos políticos e candidaturas indígenas. Entendemos a importância de mobilizar uma discussão específica sobre os três aspectos suscitados e a legislação sobre partidos políticos e sua organização. Em todas essas discussões, pesa a necessidade de refletir sobre o grau de autonomia partidária e em que medida ela deve ser compreendida como um princípio absoluto.”



Eleições 2022: o lugar das mulheres negras nas chapas majoritárias



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



Relatório sobre financiamento proporcional de candidaturas negras e cotas raciais eleitorais como proposta interseccional



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

SALETE MARIA DA SILVA | 2022

Sobre a publicação: “Este ensaio apresenta reflexões críticas acerca do lugar das mulheres negras nas chapas majoritárias das eleições de 2022 no Brasil, analisando, para tanto, as candidaturas à Presidência da República e ao Senado Federal. Metodologicamente, estriba-se em dados de fontes oficiais¹ e em conteúdos divulgados, via internet, por estudiosas e ativistas que atuam em defesa do fortalecimento da cidadania feminina. Para a análise dos dados, foram adotadas a perspectiva feminista e seu enfoque de gênero interseccional, o que permitiu evidenciar a supremacia masculina e brancocêntrica nas candidaturas majoritárias propostas por quase todos os partidos e coligações, e desnaturalizar a inequidade de gênero e raça no campo da política, apesar do número recorde de candidaturas femininas, negras e indígenas no referido pleito. Destarte, e em consonância com outra publicação de nossa autoria sobre o tema, referente às eleições de 2018², concluiu-se que, independentemente da ideologia, os partidos ainda apostam, prevalentemente, em candidaturas masculinas e brancas para concorrerem à presidência do país e ao Senado Federal, o que requer uma maior atenção e compreensão, por parte dos movimentos feministas e de mulheres, acerca da importância dos referidos cargos no cenário político nacional, haja vista suas atribuições privativas. Ademais, foi possível sustentar que as agremiações têm reservado às mulheres, sobretudo às negras, quando muito, a função de vice ou de suplente, uma vez que já não podem impedi-las de concorrerem à Câmara dos Deputados, por força da lei de cotas e da ampliação do percentual de recursos financeiros para as referidas campanhas. Tudo isso revela um grande descompasso entre discursos e práticas partidárias e a continuidade do déficit democrático de gênero e raça, visto que as mulheres, notadamente as negras, constituem a maioria da população brasileira e, pelo voto, decidem toda e qualquer eleição.”

¹ O texto baseou-se em dados atualizados e disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Senado e Câmara dos Deputados, além de matérias de jornais de grande circulação (impressos e virtuais), bem como em materiais de campanha das candidaturas majoritárias (à Presidência da República e ao Senado), sem olvidar do acompanhamento de programas eleitorais e debates televisivos. Além disto, foram consideradas também algumas postagens em redes sociais (Facebook e Instagram, principalmente) de ativistas e coletivos feministas que defendem a ampliação da cidadania das mulheres, notadamente das negras. Tudo disponível na web, conforme consta das referências bibliográficas.
² Cf. “Eleições 2018: o lugar das mulheres nas chapas majoritárias” (SILVA, 2018). Disponível em <http://eje.tre-ba.jus.br/mod/page/view.php?id=2729>.

LÍVIA SANT'ANNA VAZ; IRAPUÃ SANTANA | 2022

Sobre a publicação: “O presente relatório parte da hipótese de que – no contexto dos direitos políticos no Brasil, inclusive numa perspectiva histórica – há necessidade de ações afirmativas para efetiva inclusão de pessoas negras em cargos eletivos, para os Poderes Legislativo e Executivo. Desse modo, apresenta-se – a partir da revisão das constituições, da legislação e da jurisprudência brasileiras no que tange aos direitos políticos da população negra – uma proposta de cotas raciais eleitorais interseccionais, apontando-se medidas a serem adotadas para garantir o aumento da representação negra nos cargos políticos.”



Retrato das urnas em 2020: a representação de gênero e raça na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo/SP



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

MARCELO SIMÕES DAMASCENO | 2022

Sobre a publicação: “Este artigo tem por objetivo expor questões relativas à representação de gênero e raça nas eleições municipais de 2020. Exposição que mensura os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os candidatos e candidatas a vereança na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, na intenção de mapear as candidaturas de homens e mulheres, para identificar a existência de postulantes mulheres e pessoas pretas, pardas, amarelas e indígenas entre os 27 partidos que disputaram a eleição para o Legislativo municipal. Um diagnóstico quantitativo necessário para traçar uma possível evolução na representação de gênero e raça no Legislativo municipal. Um diagnóstico quantitativo necessário para traçar uma possível evolução na representação de gênero e raça no Legislativo municipal. São-bernardense para a legislatura 2021/2024, quando comparada com a legislatura 2017/2020. Contudo, o estudo aponta uma pequena variação na representatividade de gênero e raça no pleito municipal, apesar da existência de leis que buscam ampliar a pluralidade nos parlamentos.”



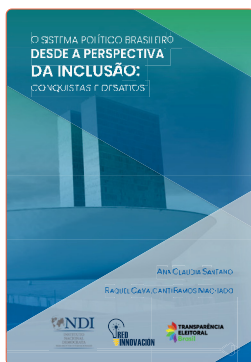
Mulheres, raça e partidos no Brasil: análise da sub-representação das candidaturas identitárias nas Eleições 2018



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

CAMILA DE VASCONCELOS TABARES; BRUNO DA SILVA CONCEIÇÃO; RODOLFO SILVA MARQUES | 2021

Sobre a publicação: “O presente trabalho procura examinar a sub-representação política de candidatos com os vieses de raça e gênero nas eleições parlamentares e majoritárias de 2018 no Brasil. Há décadas predominam candidatos brancos e homens no poder. A pesquisa busca respostas para duas grandes interrogações: em que medida as minorias identitárias encontraram espaço em candidaturas e entre os eleitos nas eleições de 2018? Sob que condições minorias identitárias podem tornar-se mais bem representadas e o que impede o aumento dessa representação nas instituições políticas? Para avaliar os entraves de representatividade de gênero e de raça nos postos de poder e a capacidade das minorias de consolidar sua representação política, dialoga-se com a literatura sobre representação e com os dados socioeconômicos e eleitorais disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os resultados mostram que mulheres e negros continuam ocupando menos postos de poder.”



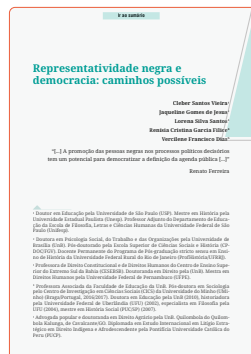
O sistema político brasileiro desde a perspectiva da inclusão: conquistas e desafios



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

ANA CLAUDIA SANTANO; RAQUEL CAVALCANTI RAMOS MACHADO | 2021

Sobre a publicação: Como em outros países latino-americanos, o Brasil ainda tem muitos desafios no que se refere à democracia e um dos principais é a inclusão de grupos tidos como minoritários na esfera política. Nos últimos anos, estes grupos vêm pressionando por soluções que traduzam a grande diversidade que há na sociedade para o sistema político, forçando uma ampliação do debate público em torno do tema. Contudo, ainda se percebe um ambiente político que resiste às mudanças. As reformas políticas empreendidas no país parecem dissociadas do objetivo de melhora da qualidade democrática e da representação política da cidadania, centrando-se, não raras vezes, em razões pontuais, marginalizando a questão da inclusão. Com isso, o Poder Judiciário brasileiro vem exercendo um



Representatividade negra e democracia: caminhos possíveis



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

CLEBER SANTOS VIEIRA; JAQUELINE GOMES DE JESUS; LORENA SILVA SANTOS; RENÍSIA CRISTINA GARCIA FILICE; VERCILENE FRANCISCO DIAS | 2021

Sobre a publicação: “A relação senzala-favela-prisão, situada no *continuum penal*¹ que marca a transição entre escravidão e democracia na sociedade brasileira, denota um Estado brasileiro estruturado numa política que ignora o processo desumanizante que fundou o país, baseado na escravização de corpos negros. Tendo em vista o processo histórico de controle social no Brasil perante as imbricações pertinentes à articulação do Judiciário, da democracia e da participação política, revela-se um projeto de Estado profundamente descompromissado com a efetivação dos direitos humanos nas suas dimensões de reconhecimento e reparação quanto à desigualdade racial e social. Trata-se de um fato social revelador de descomprometimento com o Estado democrático de direito, que se conecta aos índices exponenciais de violência a que estão submetidas as pessoas negras neste país e, nesse sentido, à existência deste Grupo de Trabalho (GT 7): Participação das Minorias no Processo Eleitoral. As violências sistematicamente engendradas contra as candidaturas negras exemplificam a realidade atual de estruturação social brasileira pautada na lógica, nos signos e nos valores da colonização².”

¹ ALVES, Dina. Rés negras, juizes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. *Revista CS, Cali, Colombia*, n. 21, página 97-120, enero/abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i21.2218>.

² A VIOLÊNCIA política contra as mulheres negras. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco: Justiça Global e Terra de Direitos, 2020. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/>. Acesso em: 24 set. 2021.

papel determinante nas estratégias desses grupos que buscam a sua inclusão na arena política. É nesse contexto de tensionamento que este artigo será apresentado. Partindo de um panorama em que grupos tidos como minoritários buscam uma maior presença nas esferas de tomada de decisões via mobilização social ou Poder Judiciário, diante de uma classe política partidária que aparenta permanecer pouco sensível a tais demandas, este texto abordará os progressos referentes a cada um desses grupos em suas conquistas para mais reconhecimento político, centrando-se nas últimas eleições realizadas no Brasil (eleições municipais de 2020) que, mesmo tendo sido realizadas em meio a uma pandemia histórica, não deixou de mostrar os avanços e os pontos que ainda devem ser trabalhados. Este estudo tem perfil jurídico-analítico e é feito com base no relatório parcial da Missão de Observação Eleitoral Nacional 2020 realizado pela organização Transparência Eleitoral Brasil, assim como dados oficiais sobre a presença destes grupos na política brasileira e estudos analíticos que abordam tais progressos. Ao final, são feitas algumas recomendações de como tornar, de fato, o ambiente político brasileiro mais ilustrativo da complexidade da população.



Mulheres negras, eleições, política e poder: aspectos sobre a liderança de mulheres negras em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas



Accesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



O meu cabelo não nega: uma reflexão sobre a (inexistência da) participação da mulher negra na política



Accesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

ANDRESSA MOURÃO DUARTE | 2020

Sobre a publicação: “O Brasil apresenta grande dificuldade para participação das mulheres na política institucional. Segundo Rosângela Schulz (2013), o processo de redemocratização em vários países da América Latina possibilitou maior participação e inclusão de atores que, até pouco tempo, estavam marginalizados ou excluídos pelo regime autoritário. Não é preciso ser um militante, um cidadão filiado a um partido ou alguém muito interessado por política brasileira para perceber a insuficiente atuação das mulheres na bancada parlamentar, Plenário, Câmara dos Deputados, Senado e outros, menor ainda e a participação das mulheres negras nesses espaços de poder, pois, o Parlamento brasileiro é composto quase que exclusivamente por homens brancos de meia idade, de classe média ou burguesa, (Moritz e Pinto, 2009, p. 65). A presença das mulheres negras no cenário político eleitoral é ainda mais escassa, esse fenômeno se manifesta em variados âmbitos da política brasileira, tanto nas candidaturas como nas respectivas eleitas, cenário este que vem passando por alterações nos últimos pleitos, não obstante as mulheres negras eleitas continuam sendo minoria.”

KAREN FERNANDES DA ROSA FRÓES; ANA PAULA SOARES ÁVILA | 2020

Sobre a publicação: “O presente trabalho tem o objetivo de provocar reflexão sobre o racismo, o preconceito, a negação aos privilégios atribuídos aos homens brancos e a falta de participação das mulheres negras na política brasileira. O problema consiste na quase inexistente representatividade negra feminina nos cargos eletivos em contraponto à maioria negra do eleitorado e ao mito da democracia racial. O método adotado foi a pesquisa bibliográfica em livros, manifestos, artigos, legislação pertinente e jurisprudência. Percebe-se que, mesmo com os avanços legislativos e jurisprudenciais em favor da participação feminina na política, às mulheres negras é entregue encargo e esforço imensamente maior que aos homens para serem eleitos, sendo uma barreira para o alcance da luta por direitos de raça e gênero, políticas públicas voltadas à reparação do processo de escravização e domínio das pessoas brancas.”



Raça e eleições: a importância de incluir mais negros na representação política

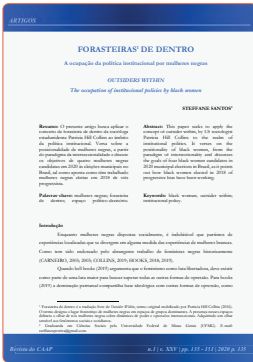


Accesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

LUIZ AUGUSTO CAMPOS | 2020

Sobre a publicação: “O Tribunal Superior Eleitoral decidiu, em agosto, impor regras mais equânimes para a distribuição de recursos de campanha e do tempo de televisão para candidaturas pretas e pardas. A partir de uma provocação da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), o Tribunal entendeu que as regras de financiamento aplicadas às candidatas mulheres pelo STF, em 2017, valiam também

para as candidaturas negras, embora não tenha criado uma cota como aquela existente desde 2009 para as candidatas. A decisão será válida a partir das eleições de 2022, a menos que uma lei suste ou regule a questão. A ausência de negros e negras na política brasileira é um fato notório. Basta acompanhar o noticiário cotidiano para perceber que os postos de poder são ocupados por homens brancos, quase sempre de meia idade e oriundos de classes médias e altas. Vale destacar que a ausência de negros e negras reflete não apenas as desigualdades raciais existentes na sociedade, mas também o acesso desigual deles a recursos de campanha, como dinheiro e tempo de televisão. Apenas para se ter uma ideia, nas eleições de 2018, candidatos brancos receberam, em média, R\$227 mil, enquanto pardos, R\$112 mil, e pretos, 89 mil. Ao que parece, está aí o grande gargalo de um funil que faz com que pretos e pardos sejam mais da metade da população nacional, mas ocupem apenas um quarto da Câmara dos Deputados. Esta desigualdade cresce ainda mais quando observamos os cargos ocupados via eleições majoritárias, como prefeituras, governos estaduais e Senado. Portanto, parece uma injustiça flagrante que metade da população esteja alijada da política formal.”



Forasteiras¹ de dentro: a ocupação da política institucional por mulheres negras



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

STEFFANE SANTOS | 2020

Sobre a publicação: "O presente artigo busca aplicar o conceito de forasteira de dentro da socióloga estadunidense Patricia Hill Collins ao âmbito da política institucional. Versa sobre a posicionalidade de mulheres negras, a partir do paradigma da interseccionalidade e discute os objetivos de quatro mulheres negras candidatas em 2020 às eleições municipais no Brasil, tal como aponta como têm trabalhado mulheres negras eleitas em 2018 de viés progressista."

¹Forasteira de dentro é a tradução livre de Outsider Within, termo original mobilizado por Patricia Hill Collins (2016). O termo designa o lugar fronteiriço de mulheres negras em espaços de grupos dominantes. A presença nesses espaços delinea o olhar de nós, mulheres negras, sobre dinâmicas de poder e opressões interseccionais. Adquirindo um olhar sensível aos fenômenos sociais e cotidianos.



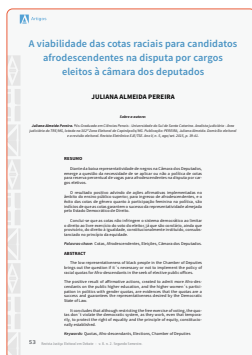
Race and Competitiveness in Brazilian Elections: Evaluating the Chances of Black and Brown Candidates through Quantile Regression Analysis of Brazil's 2014 Congressional Elections



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

CARLOS AUGUSTO MELO MACHADO; LUIZ AUGUSTO CAMPOS; FILIPE RECCH | 2019

Sobre a publicação: "Although the proportion of black, brown and indigenous electoral candidates in Brazil is close to the proportion of blacks, browns and indigenous in the general population, the proportion elected to the country's Federal Congress is significantly lower. Statistical techniques such as linear or logistic regression are typically used to estimate the effect of a particular variable such as color/race or gender on a candidate's electoral performance. However, in Brazilian elections, characterized by substantive, asymmetrical differences such as extreme variations in campaign finance distribution, the efficacy of these types of regression models is limited. Such being the case in Brazil's open list proportional representation system, we propose quantile regression as the most suitable means for estimating the relationship between voting and other variables such as race/color, because it enables us to estimate relationships between the variables of interest across several distribution quantiles. Quantile regression models show that black and brown candidates get as many as 40% fewer votes than white candidates in higher vote distribution quantiles. Furthermore, analysis of access to campaign financing finds that black and brown candidates on average garner only 75% of the funds available to white candidates at quantile 80 of campaign finance distribution. This drops to 65% at quantile 90."



A viabilidade das cotas raciais para candidatos afrodescendentes na disputa por cargos eleitos à Câmara dos Deputados



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

JULIANA ALMEIDA PEREIRA | 2018

Sobre a publicação: "Diante da baixa representatividade de negros na Câmara dos Deputados, emerge a questão da necessidade de se aplicar ou não a política de cotas para reserva percentual de vagas para afrodescendentes na disputa por cargos eletivos. O resultado positivo advindo de ações afirmativas implementadas no âmbito do ensino público superior para ingresso de afrodescendentes e o êxito das cotas de gênero quanto à participação feminina na política são indícios de que as cotas garantem o sucesso da representatividade almejada pelo Estado Democrático de Direito. Conclui-se que as cotas não infringem o sistema democrático ao limitar o direito ao livre exercício do voto do eleitor, já que são corolário, ainda que provisório, do direito à igualdade, constitucionalmente instituído, consubstanciado no princípio da equidade."



Quem as representa? A sub-representação parlamentar de gênero e raça no Brasil: estudo de casos



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

ORLANDO LYRA DE CARVALHO JR.; VITOR ANGELO | 2018

Sobre a publicação: “A análise das dinâmicas da representação parlamentar no Brasil suscita uma questão central: em que medida quem ocupa os cargos (representação descritiva) afeta os tipos de políticas aprovadas (representação substantiva). Dado que as evidências empíricas não têm sido conclusivas sobre tal questão, este artigo se propõe analisar a efetividade da representação descritiva de gênero e raça na Câmara dos Deputados e em Assembleias Legislativas de seis estados (legislatura 2015-2019). Entrevistas semiabertas foram realizadas e um questionário de 65 itens foi aplicado. Foi criado um ‘índice de produção legislativa específica’ baseado na taxa de sucesso das proposições transformadas em leis. Foram encontrados índices significativamente maiores de produção legislativa específica entre representantes descritivos ($M = 1,95/0,27$), o que sugere uma forte correlação entre as duas formas de representação. As variáveis ‘gênero’ ($Exp(B)=5,335$) e ‘ideologia’ ($Exp(B)=11,555$) se mostraram especialmente robustas como preditoras de representação substantiva.”



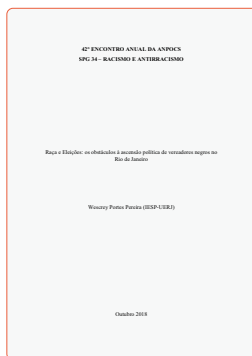
Representação descritiva em assembleias legislativas: gênero e raça como categorias de análise política



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

ORLANDO LYRA DE CARVALHO JÚNIOR; VITOR DE ANGELO | 2018

Sobre a publicação: “Com base em dados empíricos, este artigo explora as relações entre a representação descritiva e substantiva de mulheres e afrodescendentes em assembleias estaduais de três regiões do Brasil. O modelo proposto, com base na análise de papéis e mecanismos de socialização eleitoral, compara a representação descritiva e substantiva de mulheres ($N=15$) com uma amostra randomizada de deputados homens ($N=65$), o que possibilitou mensurar possíveis efeitos causados por fatores como gênero e cor da pele na produção legislativa e na atuação parlamentar das deputadas e deputados amostrados. Os dados para a pesquisa foram coletados a partir do repertório biográfico e da produção legislativa das deputadas e dos deputados, disponibilizado pelas Assembleias Legislativas, de entrevistas semiabertas e de um questionário fechado de 65 itens, que permitiram estabelecer correlações entre as variáveis de interesse e comparar o perfil, a trajetória política e a atividade parlamentar das deputadas com uma amostra correspondente de legisladores homens. Comparados ao grupo de controle, foram encontrados índices significativamente maiores de produção legislativa específica entre representantes descritivos, embora nem todos os integrantes desses grupos atuem como embaixadores ou pautem sua atuação parlamentar preponderantemente em torno das questões pertinentes à democracia de raça e gênero.”



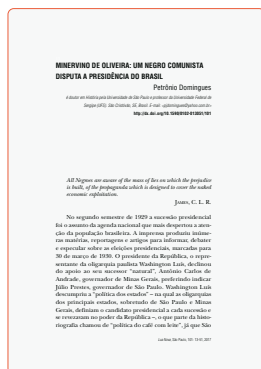
Raça e Eleições: os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no Rio de Janeiro



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

WESCREY PORTES PEREIRA | 2018

Sobre a publicação: “O que impede que negros e negras acessem os espaços de representação política? Pesquisas mais recentes, focadas no impacto da raça no sistema eleitoral, têm identificado uma forte presença de negros na competição eleitoral, todavia essa presença não se materializa em representação nas casas legislativas. Este artigo busca, por meio de entrevistas semiestruturadas com candidatos concorrentes da eleição de 2016 no Rio de Janeiro, apresentar informações referentes ao processo eleitoral. Os resultados parciais apontam para a existência de mecanismos em funcionamento nos partidos que operam na limitação das chances de sucesso dos candidatos negros, mas sobretudo a necessidade de investigar os processos que antecedem o pleito eleitoral. Os partidos tendem a incorporar a agenda antirracista no discurso, mas, na prática, fortalecem barreiras para os negros nos espaços internos, refletindo nas escolhas dos principais candidatos das respectivas legendas.”



Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.



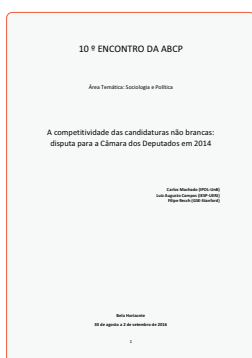
O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

PETRÔNIO DOMINGUES | 2017

Sobre a publicação: “Minervino de Oliveira – um afro-brasileiro que nasceu no Rio de Janeiro apenas três anos após a abolição da escravidão – foi o candidato escolhido pelo Partido Comunista do Brasil para concorrer à Presidência da República em 1929. Apesar de ter recebido uma votação pouco expressiva nas eleições, sua campanha não ficou destituída de importância histórica, já que foi o primeiro candidato afro-brasileiro, operário e comunista a disputar o cargo mais importante da nação. A proposta deste artigo é apresentar breves notas acerca desse personagem e, especialmente, reconstituir aspectos de sua carreira política e campanha eleitoral do final de 1929 ao primeiro trimestre de 1930.”



A competitividade das candidaturas não brancas: disputa para a Câmara dos Deputados em 2014



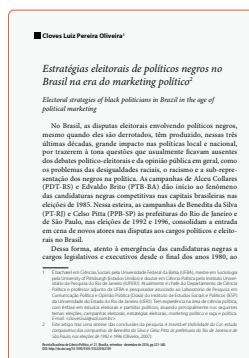
Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

CARLOS AUGUSTO MELLO MACHADO; LUIZ AUGUSTO CAMPOS;
FILIPE RECCH | 2016

Sobre a publicação: “A discussão sobre a representação política da população negra brasileira encontrava-se obstaculizada pela adversidade decorrente do baixo reconhecimento sobre a centralidade de abordar a questão racial no país. Um dos efeitos desse cenário se refere à dificuldade de se considerar socialmente a relevância da dimensão racial para avaliar o cenário político brasileiro. A ausência de registro sobre a autodeclaração racial das candidaturas transforma em árdua a tarefa de avançar em análises para além da descrição da composição dos parlamentares eleitos ou avaliação entre eleitos e não eleitos a partir de um número restrito de casos. Apenas a partir das eleições de 2014, o TSE passou a solicitar a informação sobre a autodeclaração da raça/cor para os pleiteantes a cargos públicos, o que permite contornar parcialmente as dificuldades para incorporação desse elemento para a análise eleitoral no Brasil. Neste trabalho, recorremos a esses dados para dimensionar as condições da sub-representação de pretos e pardos na política.”

LUIZ AUGUSTO CAMPOS; CARLOS AUGUSTO MELLO MACHADO | 2017

Sobre a publicação: “Mesmo um observador leigo da política brasileira é capaz de constatar que os pretos e pardos estão excluídos das suas arenas decisórias. Contudo, a ausência de registros sobre a cor/raça de nossos políticos sempre dificultou o dimensionamento dessa sub-representação e as suas possíveis causas. Desde as eleições de 2014, porém, o Tribunal Superior Eleitoral computa a raça/cor dos candidatos registrados, o que permite contornar parcialmente essas dificuldades. Neste trabalho, recorremos a esses dados para dimensionar quão sub-representados pretos e pardos estão na Câmara dos Deputados e, sobretudo, testar algumas hipóteses explicativas de tal fenômeno. Os resultados indicam que as chances eleitorais de pretos e pardos são menores em relação às de brancos por causa de múltiplos fatores: (1) classe de origem, (2) acesso a recursos de campanha e (3) estruturas partidárias competitivas. Tudo isso sugere que medidas que busquem tornar a representação política mais diversa devem considerar a complexidade dos obstáculos interpostos a pretos e pardos.”



Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

CLOVES LUIZ PEREIRA OLIVEIRA | 2016

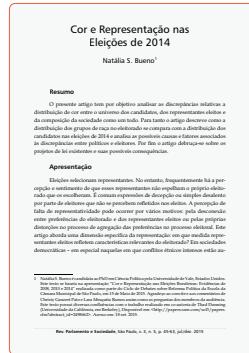
Sobre a publicação: “Este artigo analisa as estratégias discursivas de Benedita da Silva e Celso Pitta nas campanhas às prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996. O trabalho traz uma reflexão sobre qual é a influência que a cor e/ou a identidade racial dos candidatos exercem na definição das estratégias discursivas dos políticos negros e de seus adversários nas campanhas. A pesquisa valeu-se da análise de conteúdo e de discurso de uma ampla base de dados composta pelas propagandas do HGPE, cobertura jornalística, documentos, depoimentos dos candidatos e dos seus consultores de *marketing*, conforme expressos em suas biografias, memórias e entrevistas. Trata-se de um trabalho que investiga como o *marketing* gerencia os desafios de adequar a imagem do(a) candidato(a) negro(a) às aspirações do eleitorado na sociedade brasileira.”



Negros candidatos e candidatas negros: partidos políticos e campanhas eleitorais na cidade de São Paulo após o fim do Estado Novo



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



Cor e representação nas eleições de 2014



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

EDILZA CORREIA SOTERO | 2016

Sobre a publicação: “A abertura política após o fim do Estado Novo estimulou a organização e atuação de grupos com diversas demandas. No caso de ativistas negros, um dos cursos de ação para resolução de problemas relacionados à população negra visava a participação nas esferas de decisões do Estado, via política partidária. Em São Paulo, as estratégias de inserção política desenvolvidas por líderes do ‘meio negro’ foram construídas com base no argumento de legitimidade de representação, em um momento que diferentes grupos políticos começavam a se valer de um discurso antirracista, centrado no combate ao ‘preconceito de cor.’”

NATÁLIA SALGADO BUENO | 2015

Sobre a publicação: “O presente artigo tem por objetivo analisar as discrepâncias relativas à distribuição de cor entre o universo dos candidatos, dos representantes eleitos e da composição da sociedade como um todo. Para tanto, o artigo descreve como a distribuição dos grupos de raça no eleitorado se compara com a distribuição dos candidatos nas eleições de 2014 e analisa as possíveis causas e fatores associados às discrepâncias entre políticos e eleitores. Por fim, o artigo debruça-se sobre os projetos de lei existentes e suas possíveis consequências.”



O devido processo legal e suas potencialidades: o caso do direito de voto dos negros nos Estados Unidos



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



Os grupos raciais nas eleições de 2014: desafio à representação na democracia



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA; ROBERTO BAPTISTA DIAS DA SILVA | 2015

Sobre a publicação: “São apresentadas as definições do instituto do devido processo legal, da razoabilidade, da proporcionalidade e das suas fases históricas. Em seguida, demonstra-se que seu surgimento como emenda na Constituição dos Estados Unidos, vem com forte relação com o sufrágio negro nos Estados Unidos. E que o nascimento da *equal protection clause* foi motivada pela Guerra Civil estadunidense como continuidade dos esforços para a inclusão da população negra.”

ANNE ALENCAR MONTEIRO | 2015

Sobre a publicação: “O presente artigo visa analisar as manifestações de raça no que se refere à candidatura de negros, brancos, índios e ciganos nas eleições brasileiras ocorridas no ano de 2014. A análise parte do monitoramento da mídia e entrevistas realizadas no período da eleição. Abordaremos a questão da representação a partir da estatística eleitoral dos grupos raciais e também a partir das principais propostas defendidas pelos candidatos em relação às questões raciais. Buscamos com isso compreender o sistema político brasileiro que se mostra desigual e alertar para a criação de mecanismos eleitorais mais igualitários. Esse artigo é fruto de uma parte das pesquisas realizadas para o projeto de extensão ‘Manifestações de Gênero, Raça e Sexualidade nas eleições de 2014’, carinhosamente chamado de ‘Observatório Feminista das Eleições’ que tem como objetivo analisar as manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião no processo eleitoral.”



Representatividade parlamentar das mulheres negras nas eleições de 2014 e os possíveis fatores influenciadores na não equidade da disputa eleitoral



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

SHIRLEI SANTOS DE JESUS SILVA | 2015

Sobre a publicação: "Historicamente excluídas das esferas de poder e dos pleitos eleitorais, as mulheres ainda apresentam participação muito limitada no ambiente institucional e político do País. Para a mulher negra, sujeita a combinados mecanismos discriminatórios de racismo e sexismo, os obstáculos se mostram mais resistentes, demonstrando a hierarquia racial e de gênero em nossas sociedades (Carneiro, 2003). A cota eleitoral de gênero que tem por alvo, garantir uma maior participação das mulheres na vida política brasileira, dispõe que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (Grossi; Miguel, 2001). O presente trabalho integrou a ação de extensão intitulada 'Manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião nas Eleições 2014', com apoio da PROEXT/UFBA. Com finalidade de relacionar dados estatísticos da classificação de cor/raça descritas pelo IBGE com a representação da mulher negra nas eleições e examinar a cota de gênero nos pleitos, além de pontuar a partir de entrevistas com candidatas negras sobre suas trajetórias políticas e determinadas dificuldades enfrentadas no período eleitoral, este trabalho visa analisar a sub-representatividade parlamentar da mulher negra nas eleições de 2014 e os elementos influenciadores da não equidade na disputa de poder."



Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

LUIZ AUGUSTO CAMPOS | 2015

Sobre a publicação: "A ausência de determinados grupos – como mulheres, homossexuais, pretos, pardos etc. – da representação política vem se tornando um tema central no debate público e na academia. Contudo, a extensa bibliografia dedicada à sub-representação política das mulheres no Brasil destoa quando comparada aos poucos trabalhos sobre a marginalidade política dos não brancos. Para ajudar a preencher tal lacuna, este artigo discute os dados de um levantamento sobre a cor dos candidatos a vereador nas eleições ocorridas em 2012 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Diante da carência de registros oficiais sobre a cor autodeclarada dos candidatos, optou-se por submeter suas quase três mil fotos, obtidas no site do Tribunal Superior Eleitoral, à classificação de uma equipe de pesquisadores. Os resultados permitem problematizar a tese que afirma que os partidos de esquerda são mais abertos a não brancos do que legendas de direita. Mais importante ainda, eles indicam que a marginalização dos não brancos da representação não pode ser atribuída exclusivamente a deficiências de recrutamento de candidaturas por parte dos partidos."



A raça dos (in)eleitos



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

LUIZ AUGUSTO CAMPOS; CARLOS AUGUSTO MELLO MACHADO | 2014

Sobre a publicação: "Durante a maior parte da história recente, o Brasil foi identificado interna e externamente como uma nação infensa a conflitos raciais. Mesmo durante os períodos ditatoriais que marcaram nosso passado, o país se gabava de ser uma 'democracia racial', onde negros, indígenas e brancos supostamente conviviam em paz e harmonia. Contudo, a democratização política e os processos sociais que a ela se seguiram, como a rearticulação dos movimentos negro e indigenista e a retomada dos estudos sobre as nossas desigualdades raciais, fizeram com que Estado e sociedade paulatinamente reconhecessem as bases racistas de nossa estruturação social."



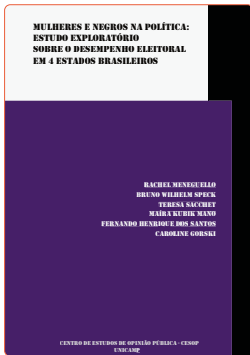
Vai ficar tudo preto: Monteiro Lopes e a cor na política



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

PETRÔNIO DOMINGUES | 2013

Sobre a publicação: "O artigo pretende ser um registro preliminar da trajetória de Monteiro Lopes, o primeiro 'homem de cor' a ser eleito deputado federal no Brasil sem prescindir de um discurso de afirmação racial. Dedicar atenção à sua campanha eleitoral de 1909, ao sistema político da Primeira República, à emergente mobilização afrodiáspórica e ao processo que se designou *cor na política*."



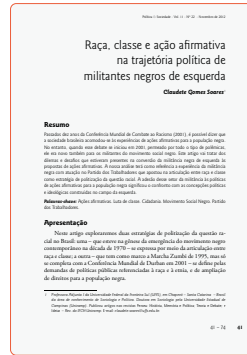
Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

RACHEL MENEGUELLO; BRUNO WILHELM SPECK; TERESA SACCHET; MAÍRA KUBIK MANO; FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS; CAROLINE GORSKI | 2012

Sobre a publicação: “Esta publicação apresenta os resultados gerais da pesquisa Representação Política, Gênero, Raça e Etnia: Condições, Obstáculos e perspectivas no Brasil, desenvolvida pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas junto à UNIFEM, órgão das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres, entre os meses de agosto de 2011 e março de 2012. Nessa pesquisa, buscou-se apreender alguns dos constrangimentos que condicionam a baixa presença das mulheres e negros nas instâncias representativas do país. O projeto foi desenvolvido a partir de duas abordagens. A primeira teve como objetivo produzir e analisar informações novas sobre as condições da política e seus constrangimentos para a participação das mulheres e negros na política representativa, a partir de entrevistas em profundidade com parlamentares e membros de partidos políticos. Com base em 42 entrevistas qualitativas, distribuídas em quatro estados da Federação, a saber, São Paulo, Bahia, Santa Catarina e Pará, a pesquisa produziu informações valiosas sobre as dificuldades de acesso à política institucional e os entraves presentes nos partidos políticos; as concepções partidárias sobre a representação de homens e mulheres na política; o impacto das dimensões da vida privada que marcam a difícil conciliação entre família e política, e as percepções sobre as mudanças recentes na política nacional, traduzidas, sobretudo, na ascensão de Dilma Rousseff como primeira presidente da República. A segunda abordagem desta pesquisa procurou apreender o contexto no qual as mulheres candidatas disputam cargos eletivos. Com base nos dados de financiamento de campanhas para as eleições de 2010, foi desenvolvida uma análise do desempenho eleitoral de mulheres disputando cargos eletivos para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas nos estados incluídos neste estudo, São Paulo, Santa Catarina, Bahia e Pará. Os resultados gerais apontam o papel central do financiamento das campanhas na explicação do desempenho, que aporta, assim como as demais dinâmicas da competição eleitoral, distinções significativas entre homens e mulheres.”



Raça, classe e ação afirmativa na trajetória política de militantes negros de esquerda



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

CLAUDETE GOMES SOARES | 2012

Sobre a publicação: “Passados dez anos da Conferência Mundial de Combate ao Racismo (2001), é possível dizer que a sociedade brasileira acomodou-se às experiências de ações afirmativas para a população negra. No entanto, quando esse debate se iniciou em 2001, permeado por todo o tipo de polêmicas, ele era novo também para os militantes do movimento social negro. Este artigo vai tratar dos dilemas e desafios que estiveram presentes na conversão da militância negra de esquerda às propostas de ações afirmativas. A nossa análise terá como referência a experiência da militância negra com atuação no Partido dos Trabalhadores que apostou na articulação entre raça e classe como estratégia de politização da questão racial. A adesão desse setor da militância às políticas de ações afirmativas para a população negra significou o confronto com as concepções políticas e ideológicas construídas no campo da esquerda.”



Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte



Acesse a publicação:
aponte a câmera do seu celular
para o QR Code.

NATÁLIA SALGADO BUENO | 2012

Sobre a publicação: “A discussão sobre raça na política brasileira é mote entre cientistas sociais de diversas perspectivas: seja pelo seu papel na formação do Estado nacional, nos movimentos sociais ou ainda nas políticas públicas voltadas a grupos raciais. Utilizando a abordagem centrada em recursos, argumenta-se que o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente em Belo Horizonte, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes. Esses resultados empíricos, por sua vez, não eliminam o fato de que a abordagem dos recursos apresenta limitações para testar os fatores que levariam à mobilização racialmente orientada no Brasil.”



Raça e comportamento político em perspectiva comparada: evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

NATÁLIA SALGADO BUENO | 2010

Sobre a publicação: "Este trabalho traz duas contribuições. Em primeiro lugar, identifica dois momentos no trabalho de Verba e seus colaboradores com relação ao papel da raça e seus efeitos no engajamento político. Em segundo lugar, analisa empiricamente os casos de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo, nos quais encontrou-se que, nesta cidade, ao se identificar como *African*, a probabilidade de um indivíduo participar politicamente (em organizações políticas e em ativismo político) aumenta substantivamente e, naquela cidade, a posse de recursos como renda e escolaridade eleva substantivamente a probabilidade de participação (ao passo que a identificação racial não distingue relevantemente quem participa e não participa). Por fim, busca-se apontar as contribuições da abordagem dos recursos para a compreensão do papel da raça no comportamento político na África do Sul e no Brasil."



O choque político do ano: a imprensa e a eleição de Celso Pitta para a prefeitura de São Paulo de 1996



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

CLOVES LUIZ PEREIRA OLIVEIRA | 2008

Sobre a publicação: "A eleição do economista carioca Celso Pitta materializou, segundo os principais veículos da imprensa brasileira, 'o choque político do ano' em 1996, ao ganhar a prefeitura de São Paulo. Se considerarmos a importância do cargo e o ineditismo da vitória, dado que ainda são raros os casos de políticos negros que conquistaram as cadeiras de prefeito de grandes cidades no Brasil, é compreensível que a eleição de Pitta tenha se tornado um fato político e jornalístico tão relevante. Este artigo analisa o tratamento que os jornais *Folha de S.Paulo* e o *Estado de São Paulo* concederam as campanhas de Celso Pitta e Luiza Erundina, candidatos finalistas na eleição à prefeitura de São Paulo de 1996. Além de apontar o padrão de cobertura dos dois principais jornais paulistas na eleição que levou ao poder o primeiro político negro nessa cidade, este trabalho discute a influência das representações raciais e de gênero na retórica desses jornais, na construção das imagens dos candidatos e na decisão do voto nesse pleito."



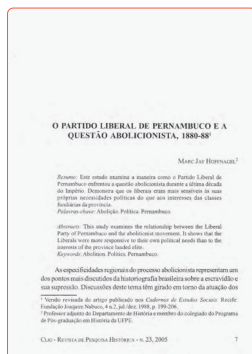
Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

GLADYS MITCHELL | 2009

Sobre a publicação: "Alguns estudiosos não examinam identidade racial de grupo entre os afro-brasileiros por causa da história do Brasil como uma nação racialmente mista. Dada a crescente força dos movimentos negros e adoção de políticas raciais como ações afirmativas, que pressupõem a existência de grupos raciais, é necessário examinar se a identidade racial de grupo é saliente. Usando dados coletados em pesquisa original de 2006, em Salvador e São Paulo, há evidências de que uma maioria esmagadora de afro-brasileiros se identifica como um grupo racial. Além disso, existe uma relação positiva e estatisticamente significativa entre a identificação como um grupo racial e de voto para políticos negros em Salvador, porém não em São Paulo."



O Partido Liberal de Pernambuco e a questão abolicionista, 1880-88



Acesse a publicação: aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

MARC JAY HOFFNAGEL | 2005

Sobre a publicação: "Este estudo examina a maneira como o Partido Liberal de Pernambuco enfrentou a questão abolicionista durante a última década do Império. Demonstra que os liberais eram mais sensíveis às suas próprias necessidades políticas do que aos interesses das classes fundiárias da província."



**Tribunal
Superior
Eleitoral**